



## LEI MUNICIPAL N.º 323/2014

Súmula: Estabelece normas gerais para o serviço de interesse Público de Transporte Individual de Passageiros em veículo automotor leve de aluguel – TAXI, mediante pagamento de tarifa estabelecida pelo Poder Público.

(Origem Projeto de Lei n.º 260/2014 – Iniciativa do Poder Executivo Municipal – Prefeito Helder Teófilo dos Santos – Alterado pela Emenda Modificativa n.º 001/2014 – Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Vereadores da Câmara Municipal de Morretes)

A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

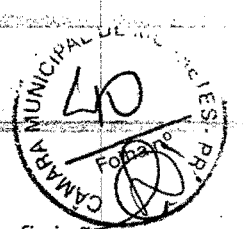
### **CAPÍTULO I** **DOS SERVIÇOS DE TÁXI**

**Art. 1º** - O transporte de passageiros em veículos automóveis de aluguel com taxímetro, no Município de Morretes, doravante denominado "Serviço de Táxi", constitui serviço de interesse público, e será regido por esta lei e demais atos normativos expedidos pelo Chefe do Poder Executivo.

**Art. 2º** - O Serviço de Táxi no Município de Morretes será outorgado mediante Termo de Autorização emitido pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e Alvará de Licença, expedido pelo Município de Morretes, com validade anual, depois de cumpridas as condições previstas nesta lei e seus regulamentos, mediante processo de seleção por ordem de data do protocolo dos interessados, e terá natureza discricionária.

§ 1º. Os pedidos de pontos de táxi deverão ser apresentados e protocolados para fins de cadastro em ordem cronológica e terão validade somente até o último dia do ano corrente, perdendo sua validade automaticamente no dia 31 de dezembro.

§ 2º. Não será permitido o serviço de moto-táxi ou veículos tipo "VAN" na Cidade de Morretes, salvo aqueles devidamente licenciados pelo Município para eventos especiais e os fretados diretamente por empresas turísticas que deverão portar devida documentação comprobatória.



**Art. 3º** - Para efeitos de interpretação desta lei, adotam-se as seguintes definições:

**I – AUTORIZATÁRIO:** taxista profissional detentor de Termo de Autorização e Alvará de Licença para prestar serviços de táxi em Morretes;

**II - CADASTRO MUNICIPAL DOS CONDUTORES DE TÁXI:** registro permanente dos condutores de veículo Táxi e dos automóveis utilizados nos Serviços de Táxi realizado pela Secretaria de Administração;

**III – CERTIFICADO PARA TRAFEGAR:** documento que autoriza determinado veículo, a servir de instrumento de transporte de passageiros nos Serviços de Táxi;

**IV - LICENÇA DE CONDUTOR:** documento que habilita o profissional a conduzir veículo táxi no Município de Morretes, expedida pela Secretaria Municipal de Administração desde que atendidos da presente lei ou regulamento;

**V – PONTO:** local pré-fixado, sinalizado e oficializado pela Secretaria Municipal de Administração, para o estacionamento de veículos Táxi;

**VI - SERVIÇOS DE TÁXI:** - serviço de interesse público de transporte individual de passageiros em veículo automotor leve de aluguel, mediante pagamento de tarifa estabelecida pelo Poder Público e aferida por taxímetro;

**VII - TAXISTA:** Pessoa natural a quem é outorgado Termo de Autorização para exploração dos Serviços de Taxi.

**VIII - TAXISTA AUXILIAR DE CONDUTOR:** motorista profissional, inscrito no Cadastro de Condutores de Veículos/Táxi, que exerce a atividade de condução



de Táxi, e trabalha em regime de colaboração com o Taxista nos termos da Lei Federal nº 6.094, de 30 de agosto de 1974;

**IX - TAXISTA EMPREGADO:** motorista profissional, inscrito no Cadastro de Condutores de Veículos Taxi, empregado do Autorizatário;

**X - TERMO DE AUTORIZAÇÃO:** documento expedido pela Secretaria Municipal de Administração que autoriza o Taxista a explorar o Serviço de Táxi no Município de Morretes.

**Art. 4º** - Competem à Secretaria Municipal de Administração, sem prejuízo de outras atribuições previstas nesta lei e demais regulamentos:

**I** - a elaboração de planos e estudos relacionados aos serviços de táxi, inclusive sobre tarifas e dimensionamento da frota;

**II** - a elaboração de normas diretivas e operacionais para a regulamentação desta lei, submetendo-os à aprovação do Chefe do Poder Executivo;

**III** - a realização do processo de seleção por ordem de data do protocolo dos interessados, para a outorga das autorizações, a elaboração de editais e fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesta lei, em regulamentos ou decretos;

**IV** - a emissão do Termo de Autorização para a prestação do serviço de táxi aos interessados, após regular processo de seleção;

**V** - a fiscalização dos serviços de táxi no Município de Morretes;

**VI** - a aplicação das penalidades previstas nesta lei, inclusive a cassação da autorização.

## **CAPÍTULO II** **DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO** **DO SERVIÇO DE TÁXI**

**Art. 5º** - Serviço de Táxi somente poderá ser executado mediante condução por motoristas devidamente inscritos no Cadastro Municipal de Condutores de Táxis, assim classificados:



- I - Taxista;
- II - Taxista Profissional Empregado;
- III- Taxista Auxiliar de Condutor.

**Parágrafo Único.** Conforme inciso II deste artigo, entende-se por Taxista Profissional Empregado, os motoristas empregados dos autorizatários já existentes no Município de Morretes, antes da publicação desta lei.

**Art. 6º** - A inscrição no cadastro de condutores fica condicionada ao preenchimento, pelos taxistas, dos requisitos estabelecidos nas Leis Federais nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 12.468, de 26 de agosto de 2011, e em especial:

- I – habilitação em categoria que permita conduzir veículo automotor (taxi);
- II - curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pela Secretaria Municipal de Administração;
- III - licença específica para exercer a profissão emitida pela Secretaria Municipal de Administração;
- IV - inscrição como segurado do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;
- V - registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, para o taxista empregado;
- VI - certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro, tráfico de drogas e corrupção de menores;
- VII - certidão de condutor expedida pelo DETRAN;
- VIII - demais documentos especificados no Decreto que regulamenta esta Lei.

**§ 1º.** A Secretaria Municipal de Administração expedirá Licença de Condutor específico para cada categoria, a qual terá validade de 1 ano.



§ 2º. Vencido o Alvará, o autorizatário deverá providenciar a sua renovação de trinta dias antes do vencimento;

§ 3º. O Taxista poderá cadastrar até dois Taxistas Auxiliares de Condutor, atendidas as disposições estabelecidas na Lei nº 6.094, de 1.974.

**Art. 7º - São deveres dos taxistas:**

- I - atender ao cliente com presteza e polidez;
- II - trajar-se adequadamente para a função;
- III - manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene;
- IV - manter em dia a documentação do veículo exigida pelas autoridades competentes;
- V - não fumar e não permitir que fumem no interior do veículo;
- VI - manter a documentação de habilitação regular, válida e sem suspensão, obedecendo à Lei nº 9.503, de 1997, bem como à presente lei e seus regulamentos;
- VII - exigir do(s) passageiro(s) do táxi a utilização do cinto de segurança, conforme previsto no art. 65 da Lei nº 9.503, de 1997;
- VIII - Estacionar somente no ponto autorizado no termo de autorização e/ou alvará
- IX - Permanecer com seus veículos táxis nos respectivos pontos, à disposição usuários.

**Art. 8º - O serviço definido nesta lei será prestado mediante utilização de veículo com as seguintes características:**

- I - automóvel dotados de 5 portas;
- II - dotado de taxímetro aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO, com características para operação do serviço de táxi do Município de Morretes;
- III - aprovado em vistoria prévia a ser realizada pela Secretaria Municipal de Administração, renovável obrigatoriamente a cada 6 meses.

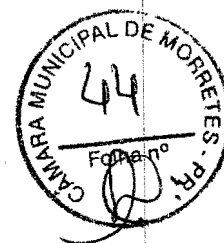
§ 1º. Compete à Secretaria Municipal de Administração expedir o documento de vistoria e afixá-lo no veículo em local perfeitamente visível ao usuário;

§ 2º. A idade máxima dos veículos empregados no serviço de Táxi será de seis (6) anos, considerando como referência o ano de fabricação;



§ 3º. O Executivo Municipal fica autorizado a estabelecer por ato próprio a padronização de cores e símbolos para os veículos táxis.

### **CAPÍTULO III** **DA QUANTIDADE DE TÁXIS - PONTOS**



**Art. 9º** - A quantidade de táxis em circulação deve atender as necessidades da população do Município de acordo com estudos elaborados pela Secretaria Municipal de Administração, os quais levarão em conta o desempenho operacional do serviço de táxi no município;

**Parágrafo único.** O Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir o número de táxis respeitando o número máximo de táxi no município não poderá ultrapassar de um (1) veículo para cada 500 (quinhentos) habitantes com base no índice mais recente realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Art. 10** - Compete ao Executivo Municipal, por decreto, mediante proposta da SEADM, a criação de novos pontos de estacionamento, localização e extensão, tendo em vista o interesse público.

§ 1º. Serão mantidos os pontos de táxi atuais oficialmente criados conforme Decreto do Executivo Municipal nº 009/2002, mediante recadastramento, para cuja providência terão os autorizatários o prazo de sessenta (60) dias a contar da notificação, para comparecerem à Prefeitura munidos de seus documentos pessoais, alvará e termo de autorização;

§ 2º. O não atendimento do disposto no parágrafo primeiro, implicará no cancelamento ou revogação da autorização.

§ 3º. Em existindo no município número de táxis superiores ao índice previsto no parágrafo único do artigo 9, o município não concederá novas autorizações até que o número de táxis fique equilibrado com o total permitido.

§ 4º. Por sugestão da Secretaria Municipal de Administração, e motivo justificado, o Executivo Municipal poderá extinguir pontos existentes e criar outros em substituição, os quais serão ocupados pelos respectivos autorizatários.



§ 5º. O Executivo Municipal através da Secretaria Municipal de Administração, providenciará no prazo de sessenta (60) dias, o levantamento de todos os pontos de táxis com seus respectivos ocupantes.

**CAPÍTULO IV**  
**DA AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO**  
**DO SERVIÇO DE TÁXI**



**Art. 11** - O Serviço de Táxi será autorizado somente a taxista profissional, nos termos do art. 3º desta lei.

§ 1º. Fica proibido aos autorizatários do serviço de táxi, emprestar seus veículos em qualquer hipótese, título ou modalidade, a motorista que não seja seu empregado.

§ 2º. Ao motorista profissional somente poderá ser concedido um único Termo de Autorização, vinculado a um veículo de sua propriedade.

§ 3º. O Termo de Autorização é ato unilateral e discricionário e pode ser cassado, revogado ou modificado a qualquer tempo pelo Poder Executivo Municipal;

§ 4º. A cassação do Termo de Autorização, por parte do Poder Executivo Municipal, poderá ocorrer a qualquer tempo, proposta pela Secretaria Municipal de Administração quando se configure a infração do Autorizatário ou seus prepostos às normas e regulamentos em vigor, assegurado o devido processo legal, observadas as disposições do Capítulo VI desta lei.

§ 5º. Em situações de danos no veículo ou venda para aquisição de outro que impliquem na suspensão da atividade, o autorizatário poderá fazer uso de outro veículo não oficial de táxi em substituição provisória mediante autorização especial analisada pela Secretaria Municipal de Administração pelo prazo de trinta (30) dias, podendo ser prorrogado se devidamente justificada a necessidade e a critério da Secretaria.

**Art. 12** - Para a seleção dos interessados para a prestação do Serviço de Táxi na forma do artigo 2º. deverá conter, além das exigências nele especificadas, os



seguintes requisitos a serem preenchidos pelos interessados na outorga de  
Autorização:



- I - preenchimento de todos os requisitos constantes do art. 6º desta lei;
- II - ser proprietário do veículo a ser utilizado na prestação do serviço;
- III - comprovação de regularidade perante o fisco municipal;

**Art. 13** - Homologado o resultado da seleção pelo Prefeito Municipal, será publicado no Diário Oficial do Município e o interessado terá o prazo preclusivo de 5 dias para assinar o Termo de Autorização, contado da publicação.

**Art. 14** – Os veículos utilizados como táxi deverão ser dotados de:

- a) Caixa luminosa com placa identificadora como "TAXI" sobre o teto;
- b) Cartão de identificação do proprietário e do condutor.

**Art. 15** - O Autorizatório terá o prazo preclusivo de 60 dias, contado a partir da assinatura do recebimento do termo de Autorização, para apresentar o veículo nas condições previstas neste Regulamento, de modo a obter a competente "Licença para Trafegar".

**Parágrafo Único.** A não apresentação do veículo no prazo assinalado ou a apresentação fora das exigências regulamentares, importará na revogação de pleno direito da autorização, independentemente de notificação de qualquer natureza.

**Art. 16** - Os atuais permissionários ou autorizatórios já existentes, que pretenderem manter no sistema deverão apresentar, no prazo de 60 dias, a contar da publicação desta lei, os documentos comprobatórios do atendimento aos requisitos para prestação de serviço.

**Parágrafo Único.** O não cumprimento ao disposto no caput deste artigo importará na caducidade da autorização.

## CAPÍTULO V DAS TRANSFERÊNCIAS

**Art. 17** - É permitida a transferência da permissão à terceiros que atendam aos requisitos exigidos na presente lei ou regulamento, segundo a conveniência para a administração e mediante prévia anuência do Executivo Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES - PR  
Folha nº 47  
Folha nº 02

§ 1º. Considerando a característica de serviço público de que trata o artigo proibida a transferência mediante negociação financeira entre particulares.

§ 2º. A transferência de que trata o *caput* deste artigo somente será possível depois que o número de táxis no município adequarem-se ao disposto no parágrafo único do art. 9º. (Nova redação dada pela Emenda n.º 001/2014 – Modificativa – Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Morretes, com fulcro no art. 135, § 4º do Regimento interno da Câmara, em 1º/10/2014)

§ 3º. Observada a condição do *caput* deste artigo, a transferência somente será possível depois de decorridos três (3) anos ininterruptos do exercício da profissão de taxista;

§ 4º. As transferências de que trata este artigo, serão consideradas para fins de tarifa, como concessão de ponto de táxi na forma da tabela citada no artigo 20.

§ 5º. Em sendo possível a transferência, será dada preferência à quem se encontrar na lista de espera conforme cadastro de protocolos respeitada a ordem de colocação.

§ 6º. Na hipótese de impossibilidade da transferência, a autorização será extinta automaticamente, independente da vontade do autorizatário de transferir o seu direito de exercício do serviço de táxi. (Nova redação dada pela Emenda n.º 001/2014 – Modificativa – Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Morretes, com fulcro no art. 135, § 4º do Regimento interno da Câmara, em 1º/10/2014)

**Art. 18** - Em caso de falecimento do permissionário ou autorizatário, o direito será transferido aos seus legítimos sucessores mediante comprovação em inventário judicial ou administrativamente, desde que o requeiram no prazo de 120 (cento e vinte) dias do falecimento.

§ 1º. No caso de transferência por sucessão hereditária, salvo entre herdeiros não será beneficiado terceiros cessionários dos direitos hereditários por caracterizar transferência a terceiro

§ 2º. Na hipótese do inciso II, e existindo mais de um sucessor, os herdeiros deverão indicar somente um que preencha os requisitos exigidos nos artigos 5º e 6º como taxista.



§ 3º. Na hipótese do parágrafo 2º, inexistindo herdeiro habilitado para dirigir veículo táxi na condição de profissional, habilitado, a transferência por sucessão hereditária será inviável e a autorização será extinta.



## **CAPÍTULO VI DAS TARIFAS**

**Art. 19.** O Poder Executivo Municipal fixará tarifa a ser cobrada pelo serviço de táxi, com base em estudo efetuado pela Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 20.** A composição, a metodologia e os critérios a serem observados na fixação da tarifa serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Administração e decreto.

**Art. 21.** Em qualquer hipótese de transferência, incidirá uma taxa de transferência que será aplicada na forma do Decreto nº 398/2013, que "REGULAMENTA O SISTEMA DE PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", Tabela 1, itens 45 ou 46.

## **CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES**

**Art. 22.** As sanções administrativas a serem aplicadas ao Autorizatório do Serviço de Táxi e aos seus prepostos, consubstanciadas nas penalidades descritas neste artigo, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo Municipal:

- I - advertência escrita;
- II - multa;
- III - suspensão ou cassação do Registro de Condutores;
- IV - suspensão ou cassação do Alvará de Licença;
- V - suspensão ou cassação do Termo de Autorização;
- VI - impedimento para prestação do serviço.



§1º. Vencido o Alvará e não renovado, cessará de pleno direito o termo de autorização;

§ 2º. As multas aplicáveis aos autorizatários do serviço de táxis serão estabelecidas por Decreto do Poder Executivo.



**Art. 23.** A penalidade será aplicada após a instauração de processo administrativo em que seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

**Parágrafo Único.** O procedimento referido no caput deste artigo, inclusive as instâncias de recursos de aplicação das penalidades, será regulamentado por decreto.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 24.** Os novos pontos de estacionamento a que se refere o art. 10 desta lei serão fixados de forma a manter a situação atual dos pontos de estacionamento já existentes quando da entrada em vigor desta lei.

**Art. 25.** O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei quando assim entender necessário.

**Art. 26.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Decretos do Executivo Municipal nº 058/96 e o de nº 009/2002 e demais disposições em contrário.

Morretes/PR, 20 de outubro de 2014.

HELDER TEÓFILO DOS SANTOS

Prefeito Municipal



LEI 323/2014

ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA O SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULO AUTOMOTOR LEVE DE ALUGUEL - TAXI, MEDIANTE PAGAMENTO DE TARIFA ESTABELECIDADA PELO PODER PÚBLICO.

(Origem Projeto de Lei nº 260/2014 - Iniciativa do Poder Executivo Municipal - Prefeito Helder Teófilo dos Santos - Alterado pela Emenda Modificativa nº 001/2014 - Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Vereadores da Câmara Municipal de Morretes)

A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I  
DOS SERVIÇOS DE TÁXI

Art. 1º O transporte de passageiros em veículos automotores de aluguel com taxímetro, no Município de Morretes, doravante denominado "Serviço de Táxi", constitui serviço de interesse público, e será regido por esta lei e demais atos normativos expedidos pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º O Serviço de Táxi no Município de Morretes será outorgado mediante Termo de Autorização emitido pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e Alvará de Licença, expedido pelo Município de Morretes, com validade anual, depois de cumpridas as condições previstas nesta lei e seus regulamentos, mediante processo de seleção por ordem de data do protocolo dos interessados, e terá natureza discricionária.

§ 1º Os pedidos de pontos de táxi deverão ser apresentados e protocolados para fins de cadastro em ordem cronológica e terão validade somente até o último dia do ano corrente, perdendo sua validade automaticamente no dia 31 de dezembro.

§ 2º Não será permitido o serviço de moto-táxi ou veículos tipo "VAN" na Cidade de Morretes, salvo aqueles devidamente licenciados pelo Município para eventos especiais e os fretados diretamente por empresas turísticas que deverão portar devida documentação comprobatória.

Art. 3º Para efeitos de interpretação desta lei, adotam-se as seguintes definições:

I - AUTORIZATÁRIO: taxista profissional detentor de Termo de Autorização e Alvará de Licença para prestar serviços de táxi em Morretes;

II - CADASTRO MUNICIPAL DOS CONDUTORES DE TÁXI: registro permanente dos condutores de veículo Táxi e dos automóveis utilizados nos Serviços de Táxi realizado pela Secretaria de Administração;

III - CERTIFICADO PARA TRAFEGAR: documento que autoriza determinado veículo, a servir de instrumento de transporte de passageiros nos Serviços de Táxi;

IV - LICENÇA DE CONDUTOR: documento que habilita o profissional a conduzir veículo táxi no Município de Morretes, expedida pela Secretaria Municipal de Administração desde que atendidos da presente lei ou regulamento;

V - PONTO: local pré-fixado, sinalizado e oficializado pela Secretaria Municipal de Administração, para o estacionamento de veículos Táxi;

VI - SERVIÇOS DE TÁXI: - serviço de interesse público de transporte individual de passageiros em veículo automotor leve de aluguel, mediante pagamento de tarifa estabelecida pelo Poder Público e aferida por taxímetro;

VII - TAXISTA: Pessoa natural a quem é outorgado Termo de Autorização para exploração dos Serviços de Táxi.

VIII - TAXISTA AUXILIAR DE CONDUTOR: motorista profissional, inscrito no Cadastro de Condutores de Veículos/Táxi, que exerce a atividade de condução de Táxi, e trabalha em regime de colaboração com o Taxista nos termos da Lei Federal nº 6.094, de 30 de agosto de 1974;

IX - TAXISTA EMPREGADO: motorista profissional, inscrito no Cadastro de Condutores de Veículos Táxi, empregado do Autoritário;

X - TERMO DE AUTORIZAÇÃO: documento expedido pela Secretaria Municipal de Administração que autoriza o Taxista a explorar o Serviço de Táxi no Município de Morretes.

Art. 4º Competem à Secretaria Municipal de Administração, sem prejuízo de outras atribuições previstas nesta lei e demais regulamentos:

I - a elaboração de planos e estudos relacionados aos serviços de táxi, inclusive sobre tarifas e dimensionamento da frota;

II - a elaboração de normas diretrizes e operacionais para a regulamentação dos serviços, submetendo os à aprovação do Chefe do Poder Executivo;

III - a realização do processo de seleção por ordem de data do protocolo dos interessados, para a outorga das autorizações, a elaboração de editais e fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesta lei, em regulamentos ou decretos;

IV - a emissão do Termo de Autorização para a prestação do serviço de táxi aos interessados, após regular processo de seleção;

V - a fiscalização dos serviços de táxi no Município de Morretes;

VI - a aplicação das penalidades previstas nesta lei, inclusive a cassação da autorização;

Câmara Municipal de Morretes  
A presente cópia é reprodução fiel do documento original e em nome da Câmara Municipal de Morretes  
Morretes, 29 de Dezembro de 2014  
Nome: J. J. J.  
Assinatura: [Assinatura]



**CAPÍTULO II  
DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TÁXI**

Art. 5º Serviço de Táxi somente poderá ser executado mediante condução por motoristas devidamente inscritos no Cadastro Municipal de Condutores de Táxis, assim classificados:

- I - Taxista;
- II - Taxista Profissional Empregado;
- III - Taxista Auxiliar de Condutor.

Parágrafo Único - Conforme inciso II deste artigo, entende-se por Taxista Profissional Empregado, os motoristas empregados dos autorizatários já existentes no Município de Morretes, antes da publicação desta lei.

Art. 6º A inscrição no cadastro de condutores fica condicionada ao preenchimento, pelos taxistas, dos requisitos estabelecidos nas Leis Federais nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 12.468, de 26 de agosto de 2011, e em especial:

- I - habilitação em categoria que permita conduzir veículo automotor (taxi);
- II - curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pela Secretaria Municipal de Administração;
- III - licença específica para exercer a profissão emitida pela Secretaria Municipal de Administração;
- IV - inscrição como segurado do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;
- V - registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, para o taxista empregado;
- VI - certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro, tráfico de drogas e corrupção de menores;
- VII - certidão de condutor expedida pelo DETRAN;
- VIII - demais documentos especificados no Decreto que regulamenta esta Lei.

§ 1º A Secretaria Municipal de Administração expedirá Licença de Condutor específico para cada categoria, a qual terá validade de 1 ano.

§ 2º Vencido o Alvará, o autorizatário deverá providenciar a sua renovação no prazo de trinta dias antes do vencimento;

§ 3º O Taxista poderá cadastrar até dois Taxistas Auxiliares de Condutor, atendidas as disposições estabelecidas na Lei nº 6.094, de 1.974.

Art. 7º São deveres dos taxistas:

- I - atender ao cliente com presteza e polidez;
- II - trajar-se adequadamente para a função;

VII - exigir do(s) passageiro(s) do táxi a utilização do cinto de segurança, conforme previsto no art. 65 da Lei nº 9.503, de 1997;

VIII - Estacionar somente no ponto autorizado no termo de autorização e/ou alvará

IX - Permanecer com seus veículos táxis nos respectivos pontos, à disposição usuários.

Art. 8º O serviço definido nesta lei será prestado mediante utilização de veículo com as seguintes características:

- I - automóvel dotados de 5 portas;
- II - dotado de taxímetro aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO, com características para operação do serviço de táxi do Município de Morretes;

III - aprovado em vistoria prévia a ser realizada pela Secretaria Municipal de Administração, renovável obrigatoriamente a cada 6 meses.

§ 1º Compete à Secretaria Municipal de Administração expedir o documento de vistoria e afixá-lo no veículo em local perfeitamente visível ao usuário;

§ 2º A idade máxima dos veículos empregados no serviço de Táxi será de seis (6) anos, considerando como referência o ano de fabricação;

§ 3º O Executivo Municipal fica autorizado a estabelecer por ato próprio a padronização de cores e símbolos para os veículos táxis.

**CAPÍTULO III  
DA QUANTIDADE DE TÁXIS - PONTOS**

Art. 9º A quantidade de táxis em circulação deve atender as necessidades do Município de acordo com estudos elaborados pela Secretaria Municipal de Administração, os quais levarão em conta o desempenho operacional do serviço de táxi no Município.

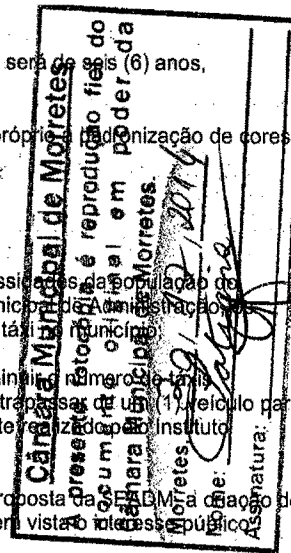
Parágrafo Único - O Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir o número de táxis, respeitando o número máximo de táxi no município não poderá ultrapassar um (1) veículo para cada 500 (quinhentos) habitantes com base no índice mais recente divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 10 Compete ao Executivo Municipal, por decreto, mediante proposta da Comissão de novos pontos de estacionamento, localização e extensão, tendo em vista o interesse Público.

§ 1º Serão mantidos os pontos de táxi atuais oficialmente criados conforme Decreto do Executivo Municipal nº 009/2002, mediante recadastramento, para cuja providência terão os autorizatários o prazo de sessenta (60) dias a contar da notificação, para comparecerem à Prefeitura munidos de seus documentos pessoais, alvará e termo de autorização;

§ 2º O não atendimento do disposto no parágrafo primeiro, implicará no cancelamento ou revogação da autorização.

§ 3º Em existindo no município número de táxis superiores ao índice previsto no parágrafo único do artigo 9, o município não concederá novas autorizações até que o número de táxis fique compatível com o total permitido.



- II - trajar-se adequadamente para a função;
- III - manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene;
- IV - manter em dia a documentação do veículo exigida pelas autoridades competentes;
- V - não fumar e não permitir que fumem no interior do veículo;
- VI - manter a documentação de habilitação regular, válida e sem suspensão, obedecendo à Lei nº 9.503, de 1997, bem como à presente lei e seus regulamentos;

**CAPÍTULO IV  
DA AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TÁXI**

Art. 11 O Serviço de Táxi será autorizado somente a taxista profissional, nos termos do art. 3º desta lei.

§ 1º Fica proibido aos autorizatários do serviço de táxi, emprestar seus veículos em qualquer hipótese, título ou modalidade, a motorista que não seja seu empregado.

§ 2º Ao motorista profissional somente poderá ser concedido um único Termo de Autorização, vinculado a um veículo de sua propriedade.

§ 3º O Termo de Autorização é ato unilateral e discricionário e pode ser cassado, revogado ou modificado a qualquer tempo pelo Poder Executivo Municipal;

§ 4º A cassação do Termo de Autorização, por parte do Poder Executivo Municipal, poderá ocorrer a qualquer tempo, proposta pela Secretaria Municipal de Administração quando se configurar a infração do Autorizatário ou seus prepostos às normas e regulamentos em vigor, assegurado o devido processo legal, observadas as disposições do Capítulo VI desta lei.

§ 5º Em situações de danos no veículo ou venda para aquisição de outro que impliquem na suspensão da atividade, o autorizatário poderá fazer uso de outro veículo não oficial de táxi em substituição provisória mediante autorização especial analisada pela Secretaria Municipal de Administração pelo prazo de trinta (30) dias, podendo ser prorrogado se devidamente justificada a necessidade e a critério da Secretaria.

Art. 12 Para a seleção dos interessados para a prestação do Serviço de Táxi na forma do artigo 2º deverá conter, além das exigências nele especificadas, os seguintes requisitos a serem preenchidos pelos interessados na outorga de Autorização:

§ 3º Em existindo no município número de táxis superiores ao índice previsto no parágrafo único do artigo 9, o município não concederá novas autorizações até que o número de táxis fique equilibrado com o total permitido.

§ 4º Por sugestão da Secretaria Municipal de Administração, e motivo justificado, o Executivo Municipal poderá extinguir pontos existentes e criar outros em substituição, os quais serão ocupados pelos respectivos autorizatários.

§ 5º O Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Administração, providenciara no prazo de sessenta (60) dias, o levantamento de todos os pontos de táxis com seus respectivos ocupantes.

I - preenchimento de todos os requisitos constantes do art. 6º desta lei;

II - ser proprietário do veículo a ser utilizado na prestação do serviço;

III - comprovação de regularidade perante o fisco municipal;

Art. 13 Homologado o resultado da seleção pelo Prefeito Municipal, será publicado no Diário Oficial do Município e o interessado terá o prazo preclusivo de 5 dias para apresentar o Termo de Autorização, contado da publicação.

Art. 14 Os veículos utilizados como táxi deverão ser dotados de:

- a) Caixa luminosa com placa identificadora como "TAXI" sobre o teto;
- b) Cartão de identificação do proprietário e do condutor.

Art. 15 O Autorizatário terá o prazo preclusivo de 60 dias, contado a partir do recebimento do termo de Autorização, para apresentar o veículo nas condições previstas neste Regulamento, de modo a obter a competente "Licença para Trafegar".

Parágrafo Único - A não apresentação de veículo no prazo assinalado ou a não apresentação do veículo em condições regulamentares, importará na revogação de pleno direito da autorização, independentemente de notificação de qualquer natureza.

Art. 16 Os atuais permissionários ou autorizatários já existentes, que pretendem manter o sistema deverão apresentar, no prazo de 60 dias, a contar da publicação desta lei, os documentos comprobatórios do atendimento aos requisitos para prestação de serviço.

Parágrafo Único - O não cumprimento ao disposto no caput deste artigo importará na caducidade da autorização.

**Câmara Municipal de Morretes**  
Este fotocópiado é reprodução fiel do original em poder da Câmara Municipal de Morretes.  
30/12/2014  
Nome: *[Assinatura]*  
Assinatura: *[Assinatura]*



**CAPÍTULO V  
 DAS TRANSFERÊNCIAS**

Art. 17 É permitida a transferência da permissão à terceiros que atendam aos requisitos exigidos na presente lei ou regulamento, segundo a conveniência para a administração e mediante prévia anuência do Executivo Municipal.

§ 1º Considerando a característica de serviço público de que trata o artigo 1º, fica proibida a transferência mediante negociação financeira entre particulares.

§ 2º A transferência de que trata o caput deste artigo somente será possível depois que o número de táxis no município adequarem-se ao disposto no parágrafo único do art. 9º (Nova redação dada pela Emenda nº 001/2014 - Modificativa - Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Morretes, com fulcro no art. 135, § 4º do Regimento Interno da Câmara, em 1º/10/2014)

§ 3º Observada a condição do caput deste artigo, a transferência somente será possível depois de decorridos três (3) anos ininterruptos do exercício da profissão de taxista;

§ 4º As transferências de que trata este artigo, serão consideradas para fins de tarifa, como concessão de ponto de táxi na forma da tabela citada no artigo 20.

§ 5º Em sendo possível a transferência, será dada preferência à quem se encontrar na lista de espera conforme cadastro de protocolos respeitada a ordem de colocação.

§ 6º Na hipótese de impossibilidade da transferência, a autorização será extinta automaticamente, independente da vontade do autorizatário de transferir o seu direito de exercício do serviço de táxi. (Nova redação dada pela Emenda nº 001/2014 - Modificativa - Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Morretes, com fulcro no art. 135, § 4º do Regimento Interno da Câmara, em 1º/10/2014)

Art. 18 Em caso de falecimento do permissionário ou autorizatário, o direito será transferido aos seus legítimos sucessores mediante comprovação em inventário judicial ou administrativamente, desde que o requeram no prazo de 120 (cento e vinte) dias do falecimento.

§ 1º No caso de transferência por sucessão hereditária, salvo entre herdeiros não será beneficiado terceiros cessionários dos direitos hereditários por caracterizar transferência a terceiro

§ 2º Na hipótese do inciso II, e existindo mais de um sucessor, os herdeiros deverão indicar somente um que preencha os requisitos exigidos nos artigos 5º e 6º como taxista.

§ 3º Na hipótese do parágrafo 2º, inexistindo herdeiro habilitado para dirigir veículo táxi na condição

**CAPÍTULO VI  
 DAS TARIFAS**

Art. 19 O Poder Executivo Municipal fixará tarifa a ser cobrada pelo serviço de táxi, com base em estudo efetuado pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 20 A composição, a metodologia e os critérios a serem observados na fixação da tarifa serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Administração e decreto.

Art. 21 Em qualquer hipótese de transferência, incidirá uma taxa de transferência que será aplicada na forma do Decreto nº 398/2013, que "REGULAMENTA O SISTEMA DE PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", Tabela 1, itens 45 ou 46.

**CAPÍTULO VI  
 DAS PENALIDADES**

Art. 22 As sanções administrativas a serem aplicadas ao Autorizatário do Serviço de Táxi e aos seus prepostos, consubstanciadas nas penalidades descritas neste artigo, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo Municipal:

- I - advertência escrita;
- II - multa;
- III - suspensão ou cassação do Registro de Condutores;
- IV - suspensão ou cassação do Alvará de Licença;
- V - suspensão ou cassação do Termo de Autorização;
- VI - impedimento para prestação do serviço.

§ 1º Vencido o Alvará e não renovado, cessará de pleno direito o termo de autorização.

§ 2º As multas aplicáveis aos autorizatários do serviço de táxis serão estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 23 A penalidade será aplicada após a instauração de processo administrativo em que seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Único - O procedimento referido no caput deste artigo, inclusive as instâncias de recursos de aplicação das penalidades, será regulamentado por decreto.

Câmara Municipal de Morretes  
 O presente fotocópia é reprodução fiel do documento original em poder da Câmara Municipal de Morretes.  
 30 de 12, 2014  
 Nome: *Patricia*  
 Assinatura: *[assinatura]*



## Seção I

de profissional, habilitado, a transferência por sucessão hereditária será inválida e a autorização será extinta.

### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. Os novos pontos de estacionamento a que se refere o art. 10 desta lei serão fixados de forma a manter a situação atual dos pontos de estacionamento já existentes quando da entrada em vigor desta lei.

Art. 25 O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei quando assim entender necessário.

Art. 26 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Decretos do Executivo Municipal nº 058/96 e o de nº 009/2002 e demais disposições em contrário.

Morretes/PR, 20 de outubro de 2014.

**HELDER TEÓFILO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

**Câmara Municipal de Morretes**  
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original em poder da Câmara Municipal de Morretes.  
Morretes, 20.12.2014  
Nome: Carla Maria  
Assinatura: 